

O PRIMEIRO MANDATO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO (1987-1990)

*Joelson Juk*¹

RESUMO:

Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na UFPR, sob orientação do prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa. A dissertação objetivou compreender as estratégias desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para obter legitimidade e um mandato parlamentar na Assembléia Legislativa do Paraná (1987-90). A metodologia utilizada foi o estudo de caso combinado com outros recursos de coleta de dados, inclusive história de vida e pesquisa semi-estruturada com o primeiro deputado Pedro Tonelli. As categorias conceituais são inspiradas em Gramsci (hegemonia política), em Habermas (razão comunicativa) e em outros autores da Sociologia das Organizações. O PT conseguiu legitimar-se, com um discurso e ações partidárias de cunho opcionista à base parlamentar e ao próprio governo peemedebista, assim como se aproximou de organizações sindicais rurais e urbanas, movimentos populares e estudantis. Conclui-se que as estratégias partidárias internas e as ações externas de confronto com o governo peemedebista, somadas a um conjunto de fatores de organização, coesão e clareza nas metas eleitorais, são as razões lógicas da legitimidade e espaço petista na arena política paranaense. Esse espaço público gera poder de negociação e de representatividade, gerando perspectivas em eleições futuras em cargos eletivos variados (executivos e legislativos) nos municípios do interior, na capital e na representação federal (Câmara dos Deputados e Senado).

Palavras-Chave: Estratégias; Hegemonia; PT; Razão Comunicativa.

¹ Licenciado em Filosofia e Especialista em Filosofia Contemporânea pela PUC-PR, Mestre em Sociologia das Organizações pela UFPR, professor do DAESO (CEFET-PR, Unidade de Curitiba) e das Faculdades SPEI de Curitiba. E-Mail: joelson.juk@uol.com.br

ABSTRACT:

This article is part of a master dissertation presented at Programa in PostGraduated in Sociology in UFPR, by orientation of prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa. This dissertation aimed to understand the strategies developed by the Partido dos Trabalhadores (PT) to obtain legitimacy and a parliamentary mandate at the Paraná Legislative Assembly (1987-1990). The methodology used was the case study combined with other procedures of data collect, included history of life and research semi-structural with the first deputy of PT. The conceptual categories are inspired in Gramsci (political hegemony) in Habermas (communicative reason) and other authors from sociology of organizations. The PT got its legitimacy with a speech and actions as a political party by opposing to the parliament base and the government based on Partido e Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) itself, as well as approached to the most different labor union organizations, rural and urban, popular and student movements. With this we can conclude that the internal strategies of the party and the external actions in confrontation with the PMDB government and a set of organization factors, cohesion and clarity in the electorals goals, are the logical reasons of legitimacy and PT space on Paraná political arena. This public space became a dealing power and representation, creating optimism to future elections in different posts of the election (executive or legislative) in the interior cities, capital and in the federal representation (Deputy and Senate Chamber).

Key Words: Strategies; Hegemony; Legitimacy; PT; Communicative Reason.

INTRODUÇÃO

Demonstrar que o espírito de partido é o elemento fundamental do espírito estatal é uma das teses mais importantes a defender e, vice-versa, o individualismo é um elemento de caráter animal, admirado pelos estranhos como os atos dos habitantes de um jardim zoológico. (Antonio Gramsci)

Pesquisar a construção e a organização do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa do Paraná, no período compreendido entre 1987 e 1990, se constitui como uma tarefa sociológica relevante. Em primeiro lugar, porque a pesquisa transcende o estudo de um único

partido, de sua organização e estruturação. Para compreendê-lo, necessário se faz investigar o contexto sóciopolítico em que está inserido, assim como o Poder Legislativo, os atores sociais internos (assessores, deputados, militantes) e os atores sociais externos (populares, imprensa, sindicatos). Em segundo lugar, trata-se de um estudo pioneiro no Mestrado de Sociologia das Organizações, da UFPR. Assim sendo, a carência de estudos sobre o Estado no Paraná e, especialmente sobre os partidos políticos, constitui-se como tema privilegiado teórica e empiricamente, capaz de revelar as relações entre os interesses individuais e os interesses coletivos materializados nas organizações paranaenses. Conforme alerta GRAMSCI na epígrafe, é necessário fortalecer o “espírito estatal” através de ações e instituições democráticas, para minimizar os efeitos públicos do apoliticismo, ou seja, do individualismo que gera isolamento e indiferença política. O recorte sociológico, assim sendo, é capaz de oferecer subsídios criativos para eventuais digressões necessárias ou acidentais.

Os efeitos de determinada organização partidária (no caso, o PT) podem ser percebidos nas mais diferentes esferas sociais e também, no cotidiano dos seus participantes. A construção e o desenvolvimento do partido político revela a racionalidade, a forma de comunicação, os interesses, as necessidades e as aspirações por poder, *status* e visão de hegemonia política. A ação partidária é uma ação com objetivos pré-determinados ou circunstanciais. Os objetivos são pré-determinados, porque implicam em planejamento, estruturação de metas e análise da realidade sócioeconômica, para consolidar parcerias ou alianças que possibilitem a construção de uma sociedade diferente da atual. Os objetivos são circunstanciais, também, porque visam melhorar as condições gerais ou específicas de vida, de trabalho, de saúde, de educação e de moradia.

A ação partidária envolve múltiplas áreas da sociedade. Promove alteração orgânica ou estrutural em associações de moradores, nos movimentos populares de luta por terra ou moradia, nos sindicatos patronais ou de trabalhadores, nas famílias tradicionais ou emergentes, na educação pública ou privada e, nos outros partidos políticos. A consciência e a participação voluntárias são ferramentas partidárias e criam uma ruptura entre os interesses individualistas e os interesses coletivos. Por outro lado, a indiferença e negação sistemática em não participar das ações partidárias geram um descompasso nas eventuais e necessárias mudanças globais ou regionais da sociedade. Destarte, ser um ator social conservador ou ser alguém progressista não significa ser um revolucionário.

O discurso ou opção moral, por si só, não garante uma ação partidária orgânica e criativa. Tanto o ator social denominado conservador ou àquele denominado progressista podem ser extremamente ativos na defesa de seus interesses e necessidades. De outro modo, por trás de determinados discursos

sos conservadores ou progressistas, podem residir a apatia, o imobilismo e a indiferença partidária. A sensibilidade e o espírito estatal são testados diariamente na democracia moderna, em âmbito nacional ou local. Os objetivos da dissertação traçam, teoricamente, a vontade cognitiva de encontrar, num estudo de caso, o meio-termo entre a indiferença política e a participação meramente partidária dos paranaenses. Pretende mostrar a dinâmica dos jogos de linguagem e de interesses, presentes na Assembléia Legislativa do Paraná – tendo como objeto de estudo, o PT em seu primeiro mandato, com Pedro Irno Tonelli, que conseguiu 15.661 votos na eleição.

A visão particularizada de um partido político, todavia, implica a consciência metodológica de que um partido é importante no processo geopolítico, não apenas observado em sua organização interna (tendências internas, estatuto, regimento, entre outros), mas, como também, na sua organização externa. A ação partidária é uma ação comunicativa; é uma práxis dialógica capaz de produzir resultados positivos ou nefastos para o bem público, para a sua organização estatal executiva, legislativa ou jurídica. Não é um simples *marketing* eleitoral, uma disputa simbólica publicitária onde participam um agente e um paciente partidário. O partido carrega consigo, latente, a somatória de sonhos, necessidades, interesses e busca por hegemonia política. A bandeira ou sigla partidária, mais que enfeite, é um compromisso ético de aperfeiçoamento da natureza humana instintiva, para uma natureza política racional capaz de equilibrar o ator social, dando-lhe bom senso para perceber que os instintos, a afetividade e a racionalidade convergem para as opções partidárias. Aqui, o conceito de partido é tomado como resultado de uma ação consciente, orientada num determinado sentido e em vista de algo. Não se traduz meramente numa sigla, numa estrutura burocrática de governo.

A ação partidária é a orientação, o rumo e a proposta que toda organização pretende ter e seguir, para atingir a vida das pessoas. Assim, pode-se falar em ação partidária no sindicato, na associação de moradores, no movimento de luta por moradia ou por terra, nas igrejas, no Estado e nos partidos políticos. A busca por hegemonia, ou seja, por domínio da situação material e pessoal, materializa-se nessas esferas. No Estado do Paraná e, em especial, na Assembléia Legislativa, a ação partidária em vista da hegemonia está presente. A pesquisa realizada procura apresentar dados, categorias analíticas, informações e testemunhos de pessoas que ajudam a entender a ação de determinado partido e de seus atores.

OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

O objetivo principal no estudo, foi o de compreender o crescimento do Partido dos Trabalhadores, a partir das peculiaridades e estratégias que pos-

sibilitaram a conquista do primeiro mandato na Assembléia Legislativa do Paraná – construído e organizado entre 1987 e 1990. Para tanto, estabeleceram-se três objetivos específicos: 1) levantamento de informações, dados e testemunhos dos militantes e adversários do PT, visando perceber se as ações partidárias adotadas são eficientes para estabelecer a organização no cenário político do Paraná, como um partido legitimamente eleito e com representação social qualificada; 2) estudar o cenário geopolítico no Brasil e no Paraná, no período que vai do Golpe de Estado em 1964 até o período da redemocratização na década de 1980, para verificar a origem ideológica do PT; e, 3) analisar as ações e relações do PT, estabelecidas no decorrer do mandato, para confirmar a idéia de que a organização representa e defende os interesses dos trabalhadores no poder legislativo, por meio de fiscalização contínua do poder executivo.

Para comprovar ou não o objetivo principal e os objetivos específicos da dissertação, a pesquisa está distribuída em seções e subseções: a) procedimentos metodológicos e técnicos; b) o Regime Militar no Brasil; c) uma abordagem sociológica das organizações, d) o PT paranaense e a organização do primeiro mandato parlamentar; e) considerações finais, onde se procedeu a análise comparativa do quadro eleitoral no Paraná e no Brasil a organização vista por dentro na década de 1980; f) na última seção, houve a transcrição da entrevista com Pedro Irno Tonelli, visando estabelecer sua história de vida e resgatar parte da memória da vida política paranaense.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

Método científico implica, portanto, em suceder alternativo de reflexão e experimento. O cientista elabora idéias ou hipóteses definidas, à luz do conhecimento disponível; concebe e realiza experimentos para verificar essas hipóteses. O conhecimento se amplia e o ciclo prossegue, indefinidamente, sem que nunca se alcance a certeza absoluta, mas sempre conseguindo generalidade maior e possibilitando crescente controle do ambiente.

(Weatherall)

As questões suscitadas na seção *Introdução* não são suficientes para garantir a delimitação ou esclarecimento total da pesquisa, porque não contém uma resposta possível. Conforme aponta KÖCHE, “o problema é um enunciado interrogativo que questiona sobre a possível relação que possa haver entre (no mínimo) duas variáveis, pertinentes ao objeto de estudo investigado e passível de verificação ou observação empírica.” (1997, p. 108) Assim, o problema que orientou a dissertação, além dos questionamentos iniciais, centra-se na seguinte indagação, mais qualificada e específica: **Que estratégias o**

Partido dos Trabalhadores desenvolveu, para garantir seu espaço na Assembléia Legislativa do Paraná, sobrevivendo e crescendo em sua dinâmica partidária, no cenário político paranaense?

A hipótese principal estabeleceu que o PT legitimou-se na sociedade paranaense, conquistando espaços de intervenção parlamentar na Assembléia Legislativa do Paraná, mediante oposição sistemática aos projetos de lei dos partidos de situação da base governista, que julgava nefastos ou desnecessários para o Paraná. Para tanto, construiu alianças internas e externas (sociedade civil organizada), como estratégia de captação de poder e espaço político. Com isso, conquistou experiência parlamentar suficiente, para encontrar meios de aprovar projetos e emendas que beneficiaram as instituições organizadas e a sociedade paranaense.

As hipóteses secundárias estabeleceram que, na organização da campanha eleitoral, o PT contou com simpatizantes e militantes da Igreja Católica, de sindicatos rurais, urbanos e de outros segmentos, o que favoreceu o conhecimento territorial e demográfico, a captação de recursos materiais e humanos e a infraestrutura para reuniões e encontros do candidato eleito, que a eleição do primeiro deputado favoreceu o partido no enfrentamento do cenário geopolítico paranaense, caracterizado pela hegemonia do PMDB e das famílias tradicionais, porque possibilitou infraestrutura mínima e um referencial na Assembléia Legislativa do Paraná, para militantes e para as organizações que apoiaram as ações do mandato; que o crescimento e a legitimidade do PT diante da sociedade paranaense se deu também pelo fato da década de 1980 ser marcada pelo pluripartidarismo e pela luta da redemocratização (resultado do enfraquecimento do poder militar desde o Golpe de Estado de 1964); que o caráter democrático e participativo do mandato do deputado Pedro Tonelli aproximou os militantes e simpatizantes que ajudaram na construção de idéias, projetos, emendas e demais demandas. Com isso, a presença de tendências internas não provocou significativos problemas ou oposição, apesar da estratégia, mais ou menos consciente, da construção de uma relação dialógica com a sociedade paranaense, em vista da hegemonia das idéias e de poder.

INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A dissertação tratou de um estudo de caso para compreender a arena política da Assembléia Legislativa do Paraná – centro de disputa de poder, de representatividade e de legitimação das ações partidárias, a partir de uma organização específica e dela representativa: o Partido dos Trabalhadores (PT). A preocupação é a de produzir uma pesquisa qualitativa, coerente e centrada no estudo de caso, conforme alerta SANTOS (1999, p. 28-9) quando afirma que “selecionar um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe

os aspectos característicos é o estudo de caso, cujo objeto pode ser qualquer fato/fenômeno individual, ou um de seus aspectos. É também comum a utilização do estudo de caso quando se trata de reconhecer num caso, um padrão científico já delineado, no qual possa ser enquadrado.”

Desse modo, a pesquisa realizada procura demonstrar que o PT, através de seu deputado Pedro Tonelli, trouxe à tona algumas práticas políticas diferenciadas e que, por motivação didática, foram chamadas de “ações partidárias oposicionistas” em confronto com as “ações partidárias situacionistas” ou “ações partidárias conservadoras” da base de sustentação do governo executivo paranaense, na figura do Governador Álvaro Dias (PMDB). Todavia, para estabelecer um referencial teórico conhecido, o estudo trouxe consigo as contribuições dos teóricos da Sociologia das Organizações², o que subsidia e credencia as discussões.

Para operacionalizar a tarefa proposta, as técnicas de coleta de dados são necessárias e servem de apoio para os resultados obtidos. Assim sendo, SEVERINO alerta que diferentemente dos métodos que são “os procedimentos mais amplos de raciocínio”, as “técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados.” (2000, p. 162) Para POPPER, “embora não possa alcançar a verdade e nem a probabilidade, o esforço por conhecer e a busca da verdade continuam a ser as razões mais fortes da investigação científica” (1977, p. 506). Por conseguinte, é necessário desenvolver e desencadear um processo de investigação que identifique a natureza desse fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar, descrevendo e caracterizando-as pelo aspecto qualitativo e quantitativo.

Nesse sentido, MEDAWAR acredita que “o raciocínio científico é diálogo exploratório que sempre se pode resolver em duas vozes ou episódios de pensamento, imaginativo e crítico, que se alternam e interagem” (1975, p. 238). Desse modo, HOROCHOVSKI afirma que na entrevista oral “por se tratar de um relato autobiográfico, a história de vida pode conter distorções resultantes das intencionalidades e visões de mundo do narrador. No entanto, pode permitir a construção de uma ponte entre a vida individual do entrevistado e seu contexto social.” (2000, p. 17) Há um confronto fecundo entre o mundo objetivo dos fatos e dados e o mundo da subjetividade e da criatividade. A escolha de determinada técnica, desse modo, para COHEN e NAGEL, pode suscitar algum desconforto metodológico, porém, “pode-se dizer que a segurança da

² A Sociologia das Organizações constitui-se pelo interesse em averiguar a qualidade, quantidade e complexidade das organizações modernas e contemporâneas (Revolução Industrial e Revolução Francesa). Interessa-se pelo estudo sobre os atores, sobre a racionalidade, as estratégias e as relações de poder e de controle burocrático que essas organizações mantêm nas individualidades e coletividades.

ciência depende de que haja homens mais preocupados pela correção de seus métodos do que pelos resultados obtidos mediante seu uso, sejam quais forem estes.” (1971, p. 245) O relato oral, a qualidade e quantidade de informações, dados e fatos compensam os possíveis equívocos e intencionalidades e auxilia inegavelmente na confecção dos resultados da investigação.

VISÃO PANORÂMICA DA RACIONALIDADE ORGANIZACIONAL

A investigação parte da hipótese principal de que o Partido dos Trabalhadores adotou *estratégias*. Assim, sociologicamente, se entende por *estratégia* a arte ou o conjunto de ações individuais e coletivas, objetivas e subjetivas, racionais, psicológicas e afetivas utilizadas para a formação e desenvolvimento de uma organização político-partidária ou outra qualquer, através de *negociação* consentida ou conflitiva. Grosso modo, as estratégias adotadas por atores sociais possibilitam a existência e a eficiência das organizações políticas, sendo, portanto, instrumento de sucesso ou fracasso, alegria ou frustração.

Os atores, na organização, porém, nem sempre têm objetivos, estratégias ou projetos definidos clara e consensualmente porque dependem do contexto interno e externo das organizações, segundo CROZIER e FRIEDBERG (1977). Nestes termos, mesmo que os atores utilizem estratégias racionais, estas dependerão dos humores, reações afetivas e irracionais ou inesperadas. O ator social não pode ser avaliado somente por seus objetivos estratégicos porque está inserido numa organização social dinâmica e nem sempre previsível. A esse respeito, podemos entender porque CROZIER (1981), ao analisar o fenômeno burocrático, indica que o ator se apega à burocracia para se proteger e proteger seu grupo. No entanto, tais normas burocráticas podem mostrar-se disfuncionais, apresentando efeitos inesperados, impasses lógicos, ou, como se demonstrou em MARCH e SIMON (1975), uma racionalidade limitada, incapaz de oferecer segurança aos atores e à organização. O ator partidário estabelece um jogo, uma estratégia, um objetivo específico em vista de um objetivo coletivo. O princípio regente na negociação é o da incerteza e da indeterminação. O jogo institucional se faz numa ritualização mítica dos procedimentos organizacionais aceitos e comungados.

Os mitos nos ambientes institucionais, no entender de MEYER e ROWAN (1977), são mais representativos que as demandas advindas da atividade organizacional. Os mitos, entendidos como um conjunto de procedimentos e práticas normativas da organização, são celebrados como paradigmas de legitimação. O PT, em sua gênese, por exemplo, se apoiou no mito organizacional da Ditadura do Proletariado preconizado por Karl Marx e Friedrich Engels. Ou ainda, o PT tornou-se uma organização possuidora de mitos organizacionais: é o caso do Orçamento Participativo, que serve como modelo de administração

pública interativa, consistindo basicamente na convocação, por parte do poder público, de reuniões deliberativas e diretas entre os dirigentes de governo e a população em geral, visando a escolher as prioridades das demandas sociais e da aplicação do dinheiro público.

Por fim, o partido consegue manter a unidade estrutural e sua base social quando surgem ameaças no ambiente externo, por acordos e consensos advindos de debates e discussões internas, demonstrando capacidade de agrupar seus integrantes em torno de um projeto democrático popular, como por exemplo, na disputa eleitoral de 1989 quando Luis Inácio Lula da Silva (PT) enfrentou Fernando Collor de Mello (PRN) e o partido conseguiu mobilizar todos os seus militantes no Brasil e no Paraná, numa campanha que unia suas motivações individuais com os interesses coletivos representados na Frente Brasil Popular.

Entendendo organizações como um conjunto de relações sociais estáveis, STINCHCOMBE (*in* MARCH, 1965, p. 142-193) defende a idéia de que essas organizações são criadas com a intenção explícita e deliberada de buscar continuamente alguns objetivos e propósitos comuns. Porém, admite que há uma espécie de subdesenvolvimento da pesquisa e da teoria acerca das relações externas às organizações, enfim, entre organizações e estrutura social, o que dificulta uma construção precisa dessa temática ao longo prazo, por exemplo. A estrutura social motiva e atua sobre a taxa de fundação de novas organizações com novas estruturas; a estrutura social explica a correlação entre a estrutura de uma organização antiga e uma atual; as organizações usam a violência e competição irrestrita na arena política numa sociedade macro; há um impacto dos arranjos organizacionais nas relações entre classes sociais na sociedade geral; as organizações provocam na estrutura social os sentimentos de solidariedade e identidade em grupos comunitários, quando seus projetos e ações conseguem um certo grau de aceitação. O PT mobiliza a sociedade quando implanta projetos como orçamento participativo e médico da família, agentes de saúde que visitam o paciente em seu local de moradia.

Assim sendo, as discussões ao longo deste estudo partem do pressuposto de que um projeto político é fruto do processo de elaboração de atores políticos individuais e coletivos, ao longo de um período histórico determinado. Possui elementos objetivos e subjetivos singulares. Por mais novo que seja um projeto político, ele contém uma herança, as marcas culturais de uma nação, suas limitações e virtudes, suas vitórias e a sabedoria acumulada no decorrer dos tempos.

Nesse sentido, os partidos políticos são organizações coletivas que cumprem um importante papel na condução de um projeto e são instrumentos para a conquista de poder no governo, nos estados, no parlamento e nas cidades de determinado país. Será entendido que o partido político, como indica WEBER (1986), é uma associação que visa a um fim deliberado: *objetivo*

quando visa à realização de um plano com intuítos materiais ou ideais e *personal*, quando é destinado a obter benefícios, poder e glória para os líderes e seguidores partidários, ou ainda, quando voltado para todos esses objetivos conjuntamente. Nas eleições, é que se têm maior visibilidade dos projetos políticos em disputa. Os programas de governo, inspirados em programas partidários, lançados pelos partidos e/ou frentes eleitorais, revelam elementos desses projetos. Na verdade, são as ações desses atores coletivos que conduzem o enfrentamento e proporcionam um momento ímpar de formulação dos novos elementos do projeto em que estão inseridos. As organizações políticas são construídas pelas pessoas que constituem coletividades, em um jogo democrático³ de incertezas e de negociações.

CONCLUSÃO: A BUSCA DE HEGEMONIA POLÍTICA PELA RAZÃO COMUNICATIVA: O CASO DO PRIMEIRO MANDATO DO PT

À luz das discussões anteriormente travadas, passa-se a abordar a categoria conceitual de hegemonia política, que emerge e ganha força no pensamento de GRAMSCI (1985a). Para ele, hegemonia supõe a divisão da sociedade em classes distintas e a tomada de consciência de uma classe de sua situação de classe e de sua produção cultural a sua autoconsciência, capaz de produzir uma ideologia dirigente com superioridade moral, conseguindo o consentimento das outras classes para dirigi-las. O PT e os demais partidos (PMDB, PDT, PTB, PFL, etc.) presentes no poder legislativo paranaense, travavam, na década de 1980, tal luta pela hegemonia legislativa e, certamente, pelo poder político estadual. Estabeleciam uma contínua e democrática luta de classes para obter o domínio da sociedade política paranaense (Estado).

Esse processo dialético de disputa de poder já estava presente na teoria acerca de partidos políticos nos escritos de MARX e ENGELS, principalmente, na idéia de um partido do proletariado surgido com a criação da Liga dos Comunistas, em 1847 (base para o Manifesto do Partido Comunista de 1848), que tinha por finalidade a derrocada da burguesia e o domínio do proletariado, a supressão da velha sociedade burguesa, baseada nos antagonismos de classe, e a criação de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada. No Brasil, esse pensamento vai contribuir para a formação do

³ Por jogo democrático se entende as disputas de espaço e de poder público nas instâncias do Estado Moderno: no poder executivo, no poder legislativo e no poder judiciário. O partido político é entendido como o meio legítimo e apropriado para tal projeto, porque materializa os anseios e necessidades dos eleitores que, por extensão, representam toda a sociedade. A democracia, como regime de governo do pluralismo partidário, ideológico, econômico, social e jurídico, proporciona esse jogo democrático.

Partido dos Trabalhadores nacional em 10 de fevereiro de 1980, por ocasião do I Encontro Nacional e aprovação de seu Manifesto em São Paulo (no Paraná também se percebe tal influência). No presente estudo, serão oferecidos meios para constatar se o PT paranaense carrega a história da esquerda internacional, em termos de disputa da hegemonia política com princípios próprios e uma prática diferenciada na política nacional, no sindicalismo e no movimento popular, como proclamaram seus primeiros militantes:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar de si próprias. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política sejam a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo. (PT, 1980, p. 65)

Para tanto, sabe-se que os atores petistas que pretendem tornar-se dominantes devem saber apresentar o conjunto de suas idéias para a população que se supõe beneficiária delas e do que elas representam em termos de avanços sociais e/ou de atendimento às necessidades e interesses individuais. A aprovação ou não das idéias dependerá da direção e da capacidade de indicar soluções para os problemas de uma sociedade e de bater-se eficazmente por tais soluções imediatas, a médio ou ao longo prazo. A partir desta necessidade é que surge o papel do partido político e a figura do intelectual orgânico. Assim, o PT deve existir como um mecanismo autônomo de disciplina e os intelectuais orgânicos (dirigentes e lideranças) devem dar ao proletariado a consciência de sua missão histórica ou, ainda, propor um caminho para tomada de consciência de classe e da circunstância político-econômica local.

O intelectual orgânico, agente e construtor do partido, deve elaborar e difundir a doutrina do socialismo e dirigir o movimento revolucionário. A ação do intelectual orgânico é uma ação pedagógica no sentido da construção da hegemonia e não existe um intelectual que não represente o interesse de uma classe. O partido como intelectual orgânico por excelência, é uma espécie de depositário da doutrina e a ele o militante deve subordinar-se sem reservas. O partido assemelha-se a uma religião e contribui para a revolução, processo pelo qual uma classe dirigente entra em crise e perde a hegemonia para outra.

Assim, GRAMSCI (1985), ao falar sobre os intelectuais e a organização da cultura, deixou a noção de que nunca existiu Estado sem hegemonia, exatamente porque a disputa de poder entre classes antagônicas é a luta entre duas hegemonias, onde a supremacia de um grupo social se manifesta de dois mo-

dos, seja como domínio ou como direção intelectual e moral. No momento em que começa haver um vazio entre a direção e o domínio por uma classe, cria-se à ausência de soluções e surge a revolução. A revolução, porém, não consiste simplesmente na tomada do Estado, mas em uma guerra de trincheiras envolvendo uma classe com capacidade de direção e de forte organização e outra classe, menos organizada e com menor capacidade de ação. O processo de substituição de uma classe por outra se faz no momento em que uma classe dominante perde a hegemonia para outra classe hegemônica, mas não ainda dominante.

Nesse sentido, é possível deduzir hipoteticamente que a obtenção do primeiro mandato parlamentar do PT paranaense em 1986, com Pedro Tonelli, alimentou o ânimo de seus dirigentes e militantes porque, em certo sentido, indicou que a população paranaense já apontava seu descontentamento com o grupo hegemônico sediado na capital (Jaime Lerner, Aníbal Cury, Álvaro Dias, Roberto Requião, etc.) e a possibilidade de criação de um partido ou partidos alternativos de esquerda. Os mandatos de 1991-95-99, comprovaram tal expectativa com resultados satisfatórios. Pelos dados fornecidos pela Secretaria Estadual do PT, o partido conta em 2002 com 4 deputados estaduais, 2 deputados federais, 10 prefeitos e 148 vereadores. Para atingir a hegemonia, o partido terá como missão construir um discurso capaz de deixar claras as bases de seu projeto político local e nacional, assim como deverá demonstrar a viabilidade de suas propostas através de meios possíveis e disponíveis. Nacionalmente, o partido teve uma evolução do voto nas eleições para a Câmara Federal, Assembléias Legislativas e prefeituras no Brasil, como se vê no quadro abaixo.

QUADRO 15 – *resumo comparativo entre deputados federais, estaduais e prefeitos*

ANO	Dep. Federais	HOMENS	MULHERES	OBS:
1982	8	6	2	
1986	16	14	2	
1990	35	30	5	
1994	50	43	7	
1998	60	54	6	

ANO	Dep. Estaduais	HOMENS	MULHERES	OBS:
1982	12	11	1	
1986	40	34	6	
1990	81	72	9	
1994	92	76	16	
1998	90	73	17	

ANO	PREFEITURAS	HOMENS	MULHERES	OBS:
1982	2	2	0	
1985	1	0	1	somente capitais
1987	1	1	0	mandato tampão
1988	36	34	2	
1992	54	52	2	
1996	115	104	11	
2000	187	179	8	

FONTE: Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI), PT, 2001.

Nesse sentido, analisando prospectiva e hipoteticamente, para que o PT consiga manter um governo que se pretende de esquerda, hegemônico, democrático e popular, enquanto governo participativo e dominante, é necessário que faça uma ampla coalizão de forças, composta por movimentos populares e sindicais, por entidades não-governamentais (gênero, meio ambiente, criança, entre outras), por setores da classe média e empresarial e por outros partidos engajados na redistribuição da renda, da terra e da produção.

As estratégias internas e externas adotadas pelos atores militantes ou funcionários do Partido dos Trabalhadores para a sobrevivência política da organização e mesmo de si próprios como agentes vivos da política parlamentar possibilitam uma compreensão bastante segura e capaz de produzir conhecimento. Para muitos estudiosos, alguns partidos políticos, movimentos sociais e sindicais brasileiros nasceram ou se fortaleceram na década de 80 porque defendiam, como bandeira de luta, o regime democrático e o fim da Ditadura Militar. Essas organizações carregavam uma prática política diferenciada e voltada para a consolidação da cidadania enquanto ferramenta de luta e de cimento social.

Em um país cuja história está profundamente marcada por transformações baseadas em acordos de elite – da proclamação da República à Revolução de 30, da decretação da legislação sindical getulista à fundação da Nova República pelo Colégio Eleitoral –, o surgimento do PT que recolheu setores sociais e políticos da resistência democrática, a partir de suas práticas de base concretas, aponta para um horizonte novo. (SADER, 1986, p. 153)

As bases para a construção de um partido de novidade política, em tese, podem ser encontradas na teoria da razão comunicativa de HABERMAS (1989). Neste ponto, é mister enfatizar que a teoria filosófica habermasiana possui um caráter abstrato, porém funda-se na crença de que uma sociedade ou um determinado grupo social é capaz de estabelecer uma cultura do diálogo, da força do argumento em oposição ao argumento da força, como fazia a

Junta Militar com os Atos Institucionais. O PT, através do Orçamento Participativo, por exemplo, pode criar uma cultura política do diálogo no Brasil, o que não estava presente normalmente, na administração conservadora, na qual o cidadão é paciente e não agente do processo de construção das soluções de seus problemas. A razão comunicativa propõe a reabilitação e reorientação das ações sociais, não por imposição coerciva, mas pela disposição democrática de criar o diálogo e alcançar o consenso em função da racionalidade das ações no mundo vivido (do debate político). O conceito de mundo vivido recorre às dimensões da fenomenologia, expressas na densidade e racionalidade das experiências e das ações que buscam o entendimento mútuo através da linguagem. O campo de atuação espalha-se em muitas direções e contém múltipla faceta.

A razão, concebida de modo tradicional, depende do sujeito cognoscente e agente, sendo subjetiva e instrumental visando ao domínio teórico e/ou prático de objetos. Na visão habermasiana, a razão inclui intrinsecamente sujeitos lingüísticos, sendo intersubjetiva e não-instrumental. O entendimento se dá numa relação entre dois participantes numa prática lingüística: no Orçamento Participativo alguns moradores podem querer asfalto na sua rua e outros, rede de esgoto: pela argumentação e justificativas da necessidade imediata de uma das duas coisas e pela impossibilidade de atendimento em curto prazo das duas, uma das partes pode abrir mão de sua reivindicação.

Neste contexto, o conhecimento é o estado de coisas relacionado e com possibilidades de intervenção no mundo como totalidade. A razão encontra-se na filosofia da linguagem e da comunicação, mas se aplica às situações concretas e cotidianas. Neste caso, está-se falando da relação historicamente determinada em que de um lado está o governo local, estadual ou federal e de outro o partido político, com seu administrador e assessores técnicos. Nesse cenário, surge o papel da linguagem como elemento mediador das relações entre falantes (partido, cidade, Estado, Federação) e ouvintes (sociedade civil) que se comunicam sobre algo inserido no mundo do projeto político, das demandas sociais, do orçamento público, etc. Trata-se de uma relação intersubjetiva, dialógica, em que os atos da fala representam a estrutura de racionalidade em condições de revelar as bases do pensamento político, que se situa mais na fala do que em si próprio. Assim sendo, tais assertivas conduzem aos fundamentos da razão comunicativa que, na sua essência, promove o acordo racional entre os sujeitos (partido e sociedade) e exclui formas de coerção.

A razão comunicativa, portanto, não se guia por um padrão puramente cognitivo-instrumental do pensamento cartesiano – resumido no *eu penso* – que distancia o homem da natureza e da vida porque o manipula e o reifica. Antes, torna-se menos posse do conhecimento do que a maneira como os sujeitos adquirem o conhecimento, definindo-se em função das relações inter-

nas entre os sujeitos para obter o consenso. A racionalidade comunicativa é a própria ação, pois permite estabelecer relações com o mundo através dos sujeitos atores: mundo objetivo, mundo social – relações interpessoais reguladas e mundo subjetivo – totalidade das experiências vividas e que se expressam. Eis a maneira do PT paranaense de combater o dogmatismo interno e externo, a dominação social dos partidos elitistas, a coação interna e externa, etc. Eis uma nova categoria conceitual de análise – a comunicativa, para os debates internos nas comissões de ética, finanças, alianças; nas reuniões do diretório municipal e estadual; no discurso parlamentar na Assembléia Legislativa ou mesmo, na elaboração de projetos.

A razão comunicativa é uma guinada teórico-comunicativa e opõe-se à razão instrumental, que visa a oferecer ao sujeito técnicas de se apropriar do conhecimento para dominá-lo e atingir fins pragmáticos (em 2001, o senador Antônio Carlos Magalhães do PFL, para atrair a empresa Ford para a Bahia, mudou o discurso do âmbito da guerra fiscal entre Estados para o âmbito das desigualdades regionais do Brasil, agregando a seus interesses aliados até mesmo de partidos de oposição). Pelo contrário, se o PT do Rio Grande do Sul conseguir fazer uso da razão comunicativa, conseguirá desmistificar tal discurso e diferenciar-se enquanto proposta política democrática, alternativa e libertadora.

Nesse sentido, a participação popular é a chave para ir além dos estreitos limites da democracia representativa e do discurso instrumental. A razão comunicativa deve provocar nos dirigentes e militantes, atores na interlocução, por um lado, o interesse em abrir espaços políticos abertos à participação da cidadania como negação do clientelismo e da captura do Estado pelo poder econômico, duas formas de privatização do espaço público e, por outro lado, estimular a organização e a mobilização das entidades da sociedade civil, para que os atores sociais sintam-se parte integrante da vida e dos assuntos públicos colocados na arena política paranaense.

A razão comunicativa pode propiciar ao partido um princípio na disputa de hegemonia na arena política, porque oferece caminhos comunicativos com outros partidos, com a sociedade organizada e com os excluídos do debate público. A ação parlamentar petista visa a condições favoráveis de correlação de forças para implementar um modo particular de legislar, através da negociação dialética e democrático. Tal processo, em última instância, fortalece o partido para superar os conflitos e/ou crises. De pronto, para melhor demonstrar o que ora se defende, recorrer-se-á ao sociólogo WEBER (1999). Para ele, é possível se dedicar à política, tanto ocasionalmente: votando, participando de reuniões, pronunciando discurso, etc; como profissionalmente: fazendo da política uma profissão secundária como membro de partidos políticos, assessor parlamentar e assim por diante. Dessa maneira, ou se vive *para* a política ou se vive *da* política. Quem vive para a política, transforma-a em projeto de

vida, seja por prazer, por realização interior ou por altruísmo. O autor em discussão afirma que, em última instância, todo homem sério vive para uma causa e vive também dela. Ao contrário, quem vive da política vê nela apenas uma fonte de renda.

Nos documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores paranaense, vemos a intenção tanto de militantes como de dirigentes para essa dedicação à arte da política, ao serviço público através da organização partidária profissional. Para WEBER (1999, p. 517-543), a profissionalização do tipo empresarial da política desenvolveu-se baseado na luta constante pelo poder com métodos de luta apropriados para as circunstâncias e agentes envolvidos, materializando-se em partidos e funcionários públicos categorizados duplamente: por um lado, os funcionários especializados e, por outro lado, os funcionários políticos.

Os funcionários políticos diferem essencialmente dos funcionários especializados primeiros (independentes e com funções judiciais essenciais) porque podem ser transferidos, demitidos ou afastados provisoriamente. As diferenças na atuação de ambos manifestam-se na natureza ou consequência das atitudes tomadas em determinado contexto, mas as capacidades de decisão e de organização próprias são exigências feitas aos dois. Se, por exemplo, um funcionário do partido recebe uma ordem errônea do seu presidente (seu superior na hierarquia), tem o dever de alertá-lo, mantendo sua honra e competência agindo de forma diferente ou, não será digno de admiração e sim de desprezo.

A liderança do funcionário político também caminha nessa direção. Deve ser capaz de assumir compromissos, abrir mão de convicções suas e assegurar as decisões mais coerentes com seu cargo e funções. Por fim, acima de tudo e dos partidos, há uma verdade: fora da luta pelo poder próprio é como deve manter-se o funcionário. Tanto o político quanto o funcionário devem buscar o poder e assumir a responsabilidade dos seus atos. Nesse sentido, para verificar essa possibilidade do uso de categorias conceituais na compreensão de temas públicos, o depoimento do então deputado estadual do PT Pedro Tonelli, quando analisou a ação de coerção militar que culminou na morte de alguns grevistas da empresa estatal CSN em 1988, no Estado do Rio de Janeiro, torna-se relevante.

Ao mencionar a repressão do exército e da polícia militar contra os metalúrgicos grevistas, TONELLI afirmou, em 11 de novembro de 1988, que “às vésperas das eleições, o governo do PMDB demonstra mais uma vez de que lado está, usando a violência irresponsavelmente, no massacre de Volta Redonda.” (NOTÍCIAS para RÁDIO, 1988). Continuando seu raciocínio, afirma que o PMDB “prefere, ao contrário, tirar a vida dos próprios servidores das estatais, como no caso desses cinco metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional. Tanto em âmbito nacional quanto em abrangência estadual, o PMDB

demonstra que tem o mesmo perfil.” Quando direciona a crítica ao PMDB estadual, lembra a repressão dos professores da rede estadual de ensino em Curitiba, ordenada pelo governador Álvaro Dias.

Assim sendo, esses dados indicam que um partido pode surgir com uma estratégia de ruptura política e ideológica em relação ao governo e às organizações anteriores (partidos), embora sem toda representatividade eleitoral necessária, podendo, inclusive, se estabelecer como uma alternativa partidária em defesa dos interesses dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHEN, M.; NAGEL, E. **Introducción a la lógica y al método científico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- GRAMISCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Buenos Aires: Taurus, 1989.
- HOROCHOVSKI, R. R. **Estratégias de legitimação no terceiro setor: o caso da Pastoral da Criança**. Curitiba, 2000 (dissertação de Mestrado).
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14 ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MEDAWAR, P.B. **Indução e intuição no pensamento científico**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 27, n.1, 1975.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. **A teoria das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. (Coleção Clássicos do Pensamento Político)
- MEYER, J. W. & ROWAN, B. **Institutionalized Organizations: formal Structure as Myth and Ceremony**. American Journal of Sociology, n. 83, vol. 2, 1977.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de encontros e congressos. manifesto de lançamento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. **Evolução dos governos e mandatos do PT**. São Paulo: Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais/SNAI, 2001.
- POPPER, K. **Autobiografia intelectual**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.
- SADER, E. **E agora, PT? Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
- STINCHCOMBE, A. L. "Social Structure and Organizations". In: MARCH, J. (ed.) **Handbook of organizations**. Chicago: Rand McNally & Co., 1965.
- TONELLI, P. **Tonelli e o PT repudiam violência contra trabalhadores no Rio**. NOTÍCIAS PARA RÁDIO, Curitiba, n. 1, 11 a 18 nov. 1988.
- WEATHERALL, M. **Método científico**. São Paulo: Polígono, 1970.
- WEBER, M. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.
- _____. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999. v. 2.